ECORIOMINAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

(Anteriormente denominada Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel)

CNPJ/MF nº 29.884.545/0001-90 - NIRE 35.300.514.289

Relatório da Administração 2025

Introdução: A Administração da Ecovias Rio Minas, em conformidade com as disposições estatutárias legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Companhia**: A EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A. ("Ecovias Rio Minas" ou "Companhia"), foi constituída em 20 de fevereiro de 2018, sendo uma Sociedade de Propósito Específico, tendo por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço nos trechos da Rodovia BR-116/RJ, entre o entroncamento com a BR-101/RJ (Trevo das Margaridas), no município do Rio de Janeiro (RJ), e o entroncamento com a BR-465, em Seropédica (RJ); Rodovia BR-116/RJ, entre o entroncamento da BR-393, no distrito de Jamapará (RJ), e o entroncamento com a BR-040 (A)/493 (B)/RJ-109, em Duque de Caxias (RJ); Rodovia BR-116/MG, entre o entroncamento com a BR-381/451, em Governador Valadares (MG), e a divisa dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro; Rodovia BR-493/RJ, entre o entroncamento com a BR-101 (Manilha), em Itaboraí (RJ), e o entroncamento com a BR-116 (Santa Guilhermina), em Magé (RJ); Rodovia BR-493/RJ, entre o entroncamento com a BR-040/116 (B), em Duque de Caxias (RJ), e o Porto de Itaguaí (RJ); e Rodovia BR-465/RJ - Trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-116 e o entroncamento com a BR-101. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 19 de agosto de 2022, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 21 de setembro de 2022, e possui prazo final em 21 de setembro de 2052. As demais informações sobre o contrato de concessão, estão descritos na Nota 17.1 das Demonstrações Financeiras da Companhia. A Companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a Ecovias Rio Minas agradece também a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros. **Práticas Contábeis**: As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras. **Resultados Operacionais e Financeiros**:

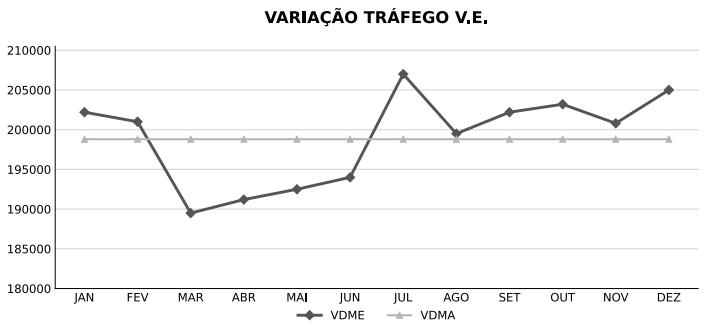
Volume De Tráfego: O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 78.354 mil em 2025, aumento de 2,9%. O tráfego de veículos leves apresentou aumento de 0,5%, devido às condições climáticas favoráveis nos finais de semana e feriados e o tráfego de veículos pesados apresentou aumento de 4,1%, devido à indução de veículos em razão das obras iniciais (melhorias no pavimento e sinalização).

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2025	2024	Var.
Leves	26.532	26.399	0,5 %
Pesados	51.821	49.772	4,1 %
Total	**78.354**	**76.172**	**2,9 %**

Nota: Veiculo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Caracterização do Tráfego

A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês no ano base, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente.



TARIFA E TARIFA MÉDIA: A tarifa média por veículo equivalente foi de R$13,73 no período, aumento de 2,5% em 2025. Em março/25, foi aplicado o reajuste das tarifas de pedágio da Companhia com aumento de 3,3% devido à variação do IPCA e à incidência dos Fatores D e C.

Tarifa média (Em R$)	2025	2024	Var.
Ecovias Rio Minas	13,73	13,40	2,5 %

A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo, vigente em 31 de dezembro de 2025.

Valor da tarifa por praça de pedágio (em R$) - Vigente em 31/12/2025

Pça.	Categoria de veículo											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Especial
P4	16,4	32,8	24,6	49,2	32,8	65,6	82	98,4	-	114,8	131,2	147,6
P5	16,4	32,8	24,6	49,2	32,8	65,6	82	98,4	-	114,8	131,2	147,6
P6	10,5	21	15,7	31,5	21	42	52	63	-	73,5	84	94,5
P7	19,3	38,6	28,95	57,9	38,2	77,2	96	115,8	-	135,1	154,4	173,7
P8	20,1	40,2	30,15	60,3	40,1	80,4	100,8	120,6	-	140,7	160,8	180,9
P9	13,8	27,6	20,7	41,4	27,6	55,2	69,6	82,8	-	96,6	110,4	124,2
P10	12,2	24,4	18,3	36,6	24,2	48,8	61,2	73,2	-	85,4	97,6	109,8
P11	11,2	22,4	16,8	33,3	22,4	44,8	56	67,2	-	78,4	89,6	100,8
P12	9,2	18,4	13,8	27,6	18,4	36,8	46	55,2	-	64,4	73,6	82,8
P13	10,3	20,6	15,45	30,6	20,6	41,2	51,5	61,8	-	72,1	82,4	92,7
P14	12,6	25,2	18,9	37,8	25,2	50,4	63	75	-	88,2	100,8	113,4
P15	10,1	20,2	15,15	30,3	20,2	40,4	50,5	60,6	-	70,7	80,8	90,9

Receita Bruta: A receita bruta totalizou R$2.305,8 milhões em 2025, aumento de 49,6% em relação a 2024. As deduções sobre a receita bruta somaram R$89,8 milhões, 4,7% superior em 2025. **Receita de Pedágio:** R$1.066,8 milhões em 2025, aumento de 4,2%, devido ao crescimento do tráfego e reajuste das tarifas de pedágio. **Receitas Acessórias:** R$2,1 milhões em 2025, redução de R$1,1 milhão em relação ao ano anterior. **Receita de Construção:** R$1.236,9 milhões em 2025, aumento de 140,5%, devido ao maior volume de obras no período. O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R$5.609,3 milhões corresponde à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2025.

Receita Bruta (Em milhões de R$)	2025	2024	Acumulado até 2023
Receitas de Pedágio	1.066,8	1.024,2	667,5
Receitas Acessórias	2,1	3,2	0,4
Receita de Construção	1.236,9	514,4	1.093,8
Total	**2.305,8**	**1.541,8**	**1.761,7**

Para mais informações sobre a receita líquida, vide Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **Custos e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R$1.571,2 milhões em 2025 aumento de 91,1% devido, principalmente, ao aumento do volume de obras contratuais no período (custo de construção), da base de ativos (depreciação e amortização), parcialmente compensados, pela redução dos gastos com conservação e manutenção e serviços de terceiros. **Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R$238,2 milhões**, **redução de 5,8%, devido a redução dos custos com conservação e manutenção e serviços de terceiros.** O quadro abaixo demonstra os custos operacionais e despesas administrativas da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor acumulado desde o início da concessão. O valor acumulado de R$3.696,7 milhões corresponde aos custos e despesas operacionais desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2025.

Custos e despesas operacionais (Em milhões de R$)	2025	2024	Acumulado até 2023
Custos e despesas	1.571,2	822,0	1.303,5

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **Ebitda e Margem Ebitda:** Em 2025, o EBITDA totalizou R$734,1 milhões. O EBITDA ajustado, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R$740,9 milhões, aumento de 7,6% em relação a 2024, e a margem EBITDA ajustada, 75,7% (+2,5 p.p.). **Resultado Financeiro:** O resultado financeiro líquido em 2025 foi negativo em R$109,5 milhões, aumento de R$60,3 milhões em relação a 2024, quando o resultado financeiro foi negativo em R$49,2 milhões devido, principalmente, ao aumento dos juros e variação monetária sobre a 4ª emissão de debêntures e dos juros sobre empréstimos e financiamentos, parcialmente compensados, pelas receitas de aplicações financeiras e juros capitalizados. **Lucro do Exercício:** Em 2025, o lucro líquido da Companhia totalizou R$378,8 milhões, redução de 1,8% em relação a 2024. **Disponibilidade Financeira e Endividamento:** A Ecovias Rio Minas encerrou o exercício de 2025 com saldos distribuídos entre caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva de curto e longo prazo no valor de R$136,4 milhões e dívida bruta, composta por empréstimos e financiamentos e debêntures, no valor de R$1.749,9 milhões, sendo 98,0% dos vencimentos no longo prazo. A dívida líquida encerrou o ano em R$1.613,5 milhões e o indicador Dívida Líquida/EBITDA ajustado em 2,2x. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº 13 e 14 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **Investimentos:** Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R$1.532,6 milhões em 2025. A tabela abaixo demonstra os valores dos investimentos acumulados desde o início da concessão.

Investimentos (em milhões de R$)	2025	2024	Acumulado até 2023
Intangível	1.419,9	685,4	1.150,6
Imobilizado	112,7	35,6	124,6
Investimentos totais	**1.532,6**	**721,0**	**1.275,2**

Valor Adicionado : Em 2025, o valor adicionado líquido gerado como riqueza atingiu R$788,9 milhões, isto é, 34,2% de representatividade em relação à receita operacional bruta, ou seja, 2,5% superior a 2024 quando o valor gerado foi de R$769,8 milhões e 49,9% de representatividade em relação à receita bruta. **ISS Distribuído:** O valor distribuído de ISS (Imposto Sobre Serviço) para as prefeituras em 2025 foi de R$50,4 milhões.

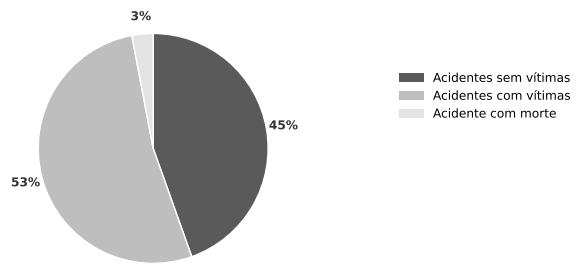
Impostos Municipais repassados (Em milhões de R$)	2025	2024	Acumulado até 2023
ISS - Imposto Sobre Serviço	50,4	47,5	3,2

Dividendos E Juros Sobre Capital Próprio: Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram pagos R$11.145 mil à título de IRRF de juros sobre o capital próprio do exercício de 2025. O saldo de R$78.815 mil registrado na rubrica "Juros sobre o capital próprio a pagar", refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios e saldo remanescente de juros sobre o capital próprio, ambos do exercício de 2025. A Companhia tem expectativa de realizar o pagamento até 31 de dezembro de 2026. **Planejamento e Gestão Empresarial:** O êxito que a Companhia vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial organizacional. Em 2025, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, manutenção das certificações de ISO's (9001:2015-qualidade , 14001 - gestão ambiental, 39001 - gestão de segurança viária, 45001 - gestão de saúde e segurança do trabalho e 55001 - gestão de ativos) e eventos relacionados com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios. **Recursos Humanos:** Em 2025, a Companhia investiu R$127,9 mil (R$236,7 mil em 2024) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional de seus empregados, a fim de manter a Companhia a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais. Os funcionários alocados na concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados em 31 de dezembro de 2025. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

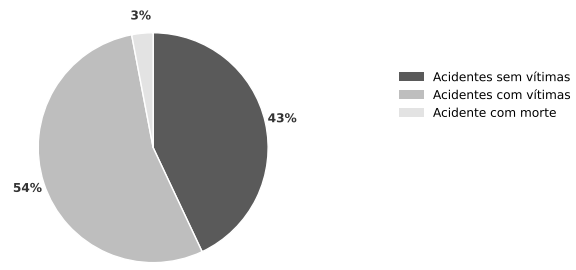
Funcionários alocados na concessão		
Descrição do Cargo	**Qtde**	**(Qtde/VDMA) *10.000**
Analista Operações Rodoviárias	5	0,25
Analista Sistema Rodoviário	3	0,15
Auxiliar Sistema Rodoviário	5	0,25
Assistente Sistema Rodoviário/Tráfego	6	0,30
Controlador de CCO	3	0,15
Controlador Sistema Rodoviário	21	1,06
Controlador Tráfego	13	0,65
Coordenador Conservação	1	0,05
Coordenador Segurança do Trabalho	1	0,05
Coordenador Sistema Rodoviário	1	0,05
Gerente de Atendimento ao Usuário	1	0,05
Coordenador Operações Rodoviárias	1	0,05
Operador de CCO	20	1,01
Operador Pedágio	332	16,70
Operador Tráfego	84	4,23
Supervisor Operações Rodoviárias/Sistema Rodoviário	4	0,20
Supervisor CCO/Tráfego	3	0,15
Supervisor Segurança Viária	1	0,05
Técnico Segurança do Trabalho	4	0,20
Total de Pessoal - Operacional	**509**	**25,60**
Advogado	1	0,05
Auxiliar/Assistente Administrativo	8	0,40
AssistenteOuvidoria/Sustentabilidade	4	0,20
Analista Administração/Comunicação/Sustentabilidade	7	0,35
Coordenador Administração Contrato/Sustentabilidade	2	0,10
Especialista Administração Contrato	1	0,05
Engenheiro	4	0,20
Gerente Engenharia	1	0,05
Supervisor Sustentabilidade	1	0,05
Técnico de Engenharia	6	0,30
Total de Pessoal - Pedágio	**35**	**2**
Total de Pessoal - Concessionária	**544**	**27,60**

Indicadores Operacionais: ***Segurança no Trânsito: Acidentes:*** Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

Percentual de acidentes por gravidade em 2025

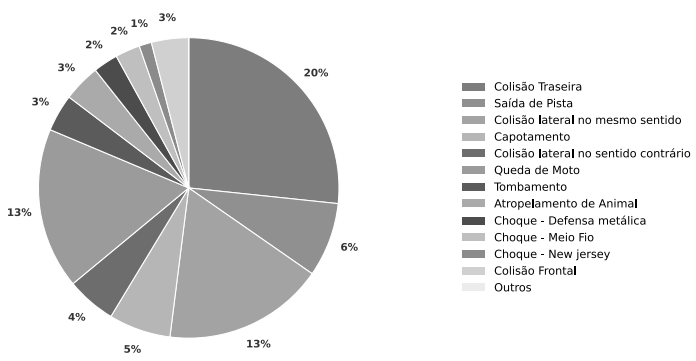


Percentual de acidentes por gravidade em 2024

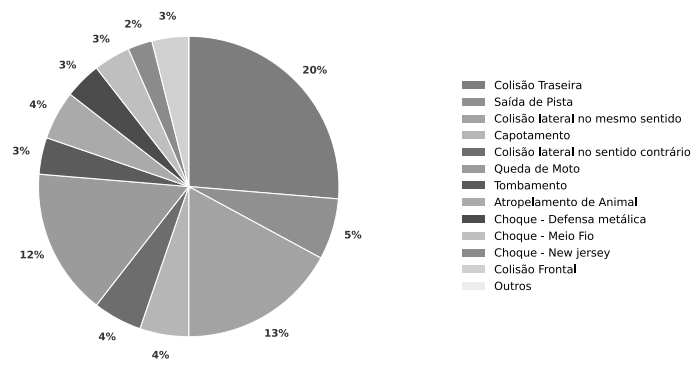


A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Acidente por tipo em 2025



Acidente por tipo em 2024



Dados de Operação da Concessão: ***Veículos Alocados:*** Os veículos alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados de 2025. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise. O resultado é apresentado em Qtde/100 km.

Veículos aplicados na concessão		
Tipo de veículo	**Qtde**	**Qtde/100 km**
Viatura de inspeção	22	3,0
Guincho Leve	15	2,1
Guincho Pesado	9	1,2
Ambulância Resgate	22	3,0
Ambulância Simples UTI	9	1,2
Balança Móvel	1	0,1
Balança Fixa	2	0,3
Total de Pessoal - Operacional	**80**	**10,9**
Pedágio	5	0,7
Animal	5	0,7
Pipa	5	0,7
Total de Pessoal - Pedágio	**15**	**2,1**
Total de Pessoal - Concessionária	**95**	**13,0**

Concessionária em Números

Dados anuais e por empresa	Referência
Quilômetros da rodovia	727
Número de veículos que transitaram Quantidade por tamanho (leve, mais de dois, mais de três eixos)	Leve: 26.407.939
	2 eixos: 3.626.549
	3+ eixos: 8.233.068
Tarifa	Informações Detalhadas no item - Tarifa
Número de praças de pedágio	15 (quinze) - 12 Ativas e 3 Inativas
Índice de congestionamento	Por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	198.758
Equipes utilizadas pela concessionária	Veículos, Maquinaria, etc.
Índices de qualidade de estrada	Altura da mancha de areia
	Resistência à derrapagem
	Deflexão Característica
	Irregularidade Longitudinal
	Índice de Condição do Pavimento
	Índice de Gravidade Global
Receita de pedágio em 2025	R$ 1.066,8 milhões
Custos associados às receitas de pedágio em 2025	R$ 334,3 milhões
Fator Trabalho	
Número de trabalhadores	544 funcionários
Despesas com pessoal em 2025	R$ 54,3 milhões
Fator Capital	
Despesas de depreciação em 2025	R$ 89,2 milhões
Ativo líquido	R$ 136,4 milhões
Ativo bruto	R$ 3927,2 milhões
Série histórica de investimentos até 2025	R$3.528,8
Custo de oportunidade de capital em 2025	9,64%
Fatores Intermediários	
Despesas de administração em 2025	R$ 41,3 milhões
Despesas com manutenção em 2025	R$ 37,2 milhões
Outras despesas	R$ 29,9 milhões
Seguridade	
Quantidade de acidentes	Sem vítimas:2393
	Com vítimas:2822
	Com morte:157
Indicadores	
Tarifa média	R$13,73
Custo por veículo ou km	R$4,27

continua

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 18/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/18/ECORIOMINAS1588222418032026.pdf

Hash:1773785760d7021f9bbe504965b8faf72716770091

continuação

ECORIOMINAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

(Anteriormente denominada Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel)

CNPJ/MF nº 29.884.545/0001-90 - NIRE 35.300.514.289

BALANÇO SOCIAL

1 - Base de cálculo	2025 Valor em R$ mil	2024 Valor em R$ mil
Faturamento Bruto	2.305.830	1.541.817
Receita líquida (RL)	2.216.071	1.456.054
Resultado Operacional (RO)	644.839	634.329
Folha de Pagamento bruta (FPB)	54.256	49.778
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	54.256	49.778
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	-	-

2 - Indicadores sociais internos	Valor em R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	5.632	10%	-%	5.518	11%	-%
Encargos sociais	7.922	15%	-%	6.971	14%	-%
Previdência privada	415	1%	-%	386	1%	-%
Saúde	6.755	12%	-%	5.963	12%	-%
Segurança e Saúde no trabalho	332	1%	-%	313	1%	-%
Educação	1	-%	-%	27	-%	-%
Cultura	-	-%	-%	-	-%	-%
Capacitação e desenvolvimento profissional	26	-%	-%	237	-%	-%
Creches ou auxílio creche	192	-%	-%	157	-%	-%
Participação nos lucros ou resultados	1.802	3%	-%	2.042	4%	-%
Outros	-	-%	-%	-	-%	-%
Total - Indicadores sociais internos	**23.077**	**43%**	**1%**	**21.614**	**43%**	**1%**

3 - Indicadores sociais externos	Valor em R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	8	-%	-%	8	-%	-%
Cultura	-	-%	-%	-	-%	-%
Saúde e saneamento	62	-%	-%	66	-%	-%
Esporte	-	-%	-%	-	-%	-%
Combate à fome e segurança alimentar	-	-%	-%	-	-%	-%
Outros	15	-%	-%	-	-%	-%
Total de contribuições à sociedade	**85**	**-%**	**-%**	**74**	-%	-%
Tributos (Exceto encargos sociais)	-	-%	-%	-	-%	-%
Total - Indicadores sociais externos	**85**	**-%**	**-%**	**74**	-%	-%

4 - Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária	21.152	39%	1%	3.822	8%	-%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	2.376	4%	-%	72	-%	-%
Total de investimentos em meio ambiente	**23.528**	**43%**	**1%**	**3.894**	**8%**	**-%**
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária	( ) Não possui metas ( ) Cumpre de 0 a 50% ( ) Cumpre de 50 a 75% (x) Cumpre de 75 a 100%			( ) Não possui metas ( ) Cumpre de 0 a 50% ( ) Cumpre de 50 a 75% (x) Cumpre de 75 a 100%		

5 - Indicadores do corpo funcional		
Nº de colaboradores ao final do período	544	608
Tempo de serviço	10% até seis meses 6% de seis meses a um ano 15% entre um e dois anos 66% entre dois e cinco anos 3% mais de cinco anos	11% até seis meses 11% de seis meses a um ano 47% entre um e dois anos 28% entre dois e cinco anos 3% mais de cinco anos
Nº de admissões durante o período	105	160
Nº de demissões durante o período	160	161
Nº de colaboradores terceirizados	7.145	2.193
Nº de estagiários (as)	-	-
Nº de colaboradores com até 18 anos	-	-
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	87	119
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	362	398
Nº de colaboradores acima de 45 anos	95	91
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	291	324
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	-%	50%
Remuneração paga a mulheres no período	10.240.549	9.532.742
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	335	374
% de cargos gerenciais ocupados por negros	-%	50%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades esp.	12	13
Total de horas extras trabalhadas	75.217	79.845
Total de horas extras pagas	1.361.569	1.291.142
Total de INSS pagos	5.951	4.180
Total de FGTS pago	1.971	1.230
Total de Contribuição Sindical paga	16.800	17
Total de demais encargos sociais pagos	-	-
Total de ICMS recolhidos no período	-	-
Total de IR recolhido no período	122.103	137.626
Total de CSLL recolhidos no período	38.559	43.461
Total de PIS recolhidos no período	6.927	6.678
Total de COFINS recolhidos no período	31.972	30.822
Total de outros tributos recolhidos no período	50.409	47.491

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	2047%	2047%
Número total de acidentes de trabalho	2	10
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	( ) direção (X) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores	( ) direção (X) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por	( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores (X) todos + CIPA	( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores (X) todos + CIPA
Quanto a liberalidade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária	( ) não se envolve (X) segue as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT	( ) não se envolve (X) segue as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (X) são exigidos	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (X) são exigidos
Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária	( ) não se envolve ( ) apoia (X) organiza e incentiva	( ) não se envolve ( ) apoia (X) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas	93,0% na Concessionária 0,0% no PROCON 7,0% na Justiça	97,7% na Concessionária 0% no PROCON 2,3% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir		
Distribuição do Valor Adicionado	29,8% governo 45,9% governo 6,6% governo 17,7% governo	35,5% governo 48,2% governo 6,2% governo 10,0% governo

Governança Corporativa: As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/ri. Em conformidade com as disposições da Lei nº 15.177/2025, são apresentados a seguir os indicadores da Companhia incorporados ao artigo 133 da Lei nº 6.404/76. ***I - a quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia; e II - a quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia:***

	2025				2024			
	Mulheres		Homens		Mulheres		Homens	
Nível Hierárquico	Qtde.	(%)	Qtde.	(%)	Qtde.	(%)	Qtde.	(%)
Executivos	0	-%	2	100%	1	50%	1	50%
Média Gestão	4	25%	12	75%	3	27%	8	73%
Administrativo	18	56%	14	44%	23	53%	20	47%
Operacional	269	54%	225	46%	297	54%	255	46%
Total	**291**	**53%**	**253**	**47%**	**324**	**53%**	**284**	**47%**

Notas: (1) **Executivos:** Diretor Presidente, Diretores Vice-Presidentes, Diretores, Gerentes, Consultores e Superintendentes. (2) **Média Gestão:** Coordenadores, Supervisores e Especialistas. (3) **Administrativos:** Cargos Administrativos, Engenheiros, Advogados, Aprendizes e Estagiários. (4) **Operacional:** Operacional, Técnicos e Liderança Operacional. ***III - o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia:***

	Proporção da remuneração média anual das mulheres em relação à remuneração média anual dos homens por nível hierárquico	
Nível Hierárquico	2025	2024
Executivos	0,00	0,98
Média Gestão	0,81	0,99
Administrativo	0,72	0,68
Operacional	0,73	0,74

Notas: (1) Níveis hierárquicos englobam os cargos descritos no item I e II (2) A remuneração apresentada contempla o total anual, incluindo remuneração fixa e variável; (3) A análise considera os valores médios por nível hierárquico; (4) As proporções observadas refletem a distribuição atual do quadro de colaboradores entre áreas, níveis hierárquicos e funções, podendo haver variações decorrentes da estrutura interna de cargos; (5) A companhia adota políticas de remuneração baseadas em desempenho, complexidade do cargo, nível de responsabilidade e critérios objetivos de elegibilidade. Dessa forma, diferenças de proporção podem ocorrer em função da diversidade de cargos existentes em cada nível hierárquico, não representando disparidade salarial para funções equivalentes.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2025: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") para o período encerrado em 31 de dezembro de 2025; e Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity).* Os honorários relativos ao exercício de 2025 totalizaram R$294,5 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A., declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Niterói-RJ, 17 de março de 2026.

A Administração

Balanço patrimonial (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**59.121**	155.867
Aplicações financeiras	6	**22.642**	94.958
Aplicações financeiras conta reserva	7	**38.670**	-
Clientes	8	**71.367**	61.667
Tributos a recuperar		**644**	664
Despesas antecipadas		**1.849**	1.491
Partes relacionadas	16	**-**	4
Custos antecipados empréstimos		**18.007**	-
Desconto de Usuário Frequente - ANTT		**-**	3.088
Seguros a receber		**-**	-
Outros créditos		**18.328**	31.739
Total do ativo circulante		**230.628**	349.478
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras conta reserva	7	15.931	-
Depósitos judiciais	9	118	6
Outros créditos - Poder concedente		37.030	33.982
Outros créditos - Custos antecipados empréstimos		171.960	-
Outros créditos		52.639	61.650
		277.678	95.638
Imobilizado	10	**202.181**	118.922
Intangível	11	**3.216.713**	1.842.677
Total do ativo não circulante		**3.696.572**	2.152.875
Total do ativo		**3.927.200**	2.406.715

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		**116.452**	54.231
Fornecedores FIDC		**2.003**	624
Debêntures	14	**31.863**	899.823
Empréstimos e financiamentos	13	**3.901**	-
Passivo de arrendamento	15	**19.236**	13.201
Impostos, taxas e contribuições a recolher		**22.464**	14.477
Obrigações sociais e trabalhistas		**5.318**	5.343
Partes relacionadas	16	**141.080**	15.508
Obrigações com poder concedente	17	**10.337**	7.906
Provisão para imposto de renda e contribuição social	12.3	**30.489**	44.469
Juros sobre o capital próprio a pagar	21.4	**78.815**	91.643
Provisão para construção de obras futuras		**-**	4
Outras contas a pagar		**2.536**	566
Total do passivo circulante		**464.494**	1.147.795
Não circulante			
Debêntures	14	**1.367.301**	-
Passivo de arrendamento	15	**14.435**	25.928
Empréstimos e financiamentos	13	**346.801**	-
Tributos diferidos	12.1	**24.617**	14.723
Obrigações com poder concedente	17	**28.560**	27.850
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	20	**1.483**	563
Provisão para manutenção	18	**11.251**	3.878
Provisão para construção de obras futuras	19	**11.207**	11.207
Outras contas a pagar		**64.307**	42.490
Total do passivo não circulante		**1.869.962**	126.639
Patrimônio líquido			
Capital social	21.1	**903.706**	834.487
A integralizar	21.1	**-**	(10.781)
Reserva de lucros - legal	21.2	**52.588**	33.649
Reserva de lucro - orçamento de capital	21.3	**636.450**	274.926
Total do patrimônio líquido		**1.592.744**	1.132.281
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.927.200**	2.406.715

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social: Integralizado	Capital social: A integralizar	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Orçamento de Capital	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024		834.487	(34.492)	14.356	-	23.711	-	838.062
Integralização de Capital		-	23.711	-		(23.711)	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	385.862	385.862
Destinação do Lucro:								
Reserva legal	21.2	-	-	19.293	-	-	(19.293)	-
Juros sobre o capital próprio deliberados	21.4	-	-	-		-	(91.643)	(91.643)
Reserva de lucro - Orçamento de capital	21.4	-	-	-	274.926	-	(274.926)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		834.487	(10.781)	33.649	274.926	-	-	1.132.281
Saldos em 1º de janeiro de 2025		**834.487**	**(10.781)**	**33.649**	**274.926**	**-**	**-**	**1.132.281**
Constituição de reserva - Orçamento de capital	**21.3**	**-**	**-**	**-**	**19.293**	**-**	**-**	**91.643**
Aumento e integralização de Capital		**69.219**	**10.781**	**-**	**-**	**-**		**80.000**
Lucro do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**378.780**	**378.780**
Destinação do lucro:								**-**
Reserva legal	**21.2**	**-**	**-**	**18.939**	**-**	**-**	**(18.939)**	**-**
Juros sobre o capital próprio deliberados	**21.4**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(74.301)**	**(74.301)**
Reserva de lucro - Orçamento de capital	**21.4**	**-**	**-**	**-**	**269.881**	**-**	**(269.881)**	**-**
Dividendos mínimos obrigatórios	**21.4**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(15.659)**	**(15.659)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**903.706**	**-**	**52.588**	**636.450**	**-**	**-**	**1.592.744**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	22	**2.216.071**	1.456.054
Custo dos serviços prestados	23	**(1.529.886)**	(781.004)
Lucro bruto		**686.185**	675.050
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	23	**(41.346)**	(40.932)
Outras receitas (despesas), líquidas		**-**	211
Lucro operacional		**644.839**	634.329
Receitas financeiras	24	**36.277**	29.972
Despesas financeiras	24	**(145.760)**	(79.039)
Resultado Financeiro Líquido		**(109.483)**	(49.067)
Lucro antes do imposto de renda e da Contribuição Social		**535.356**	585.262
Imposto de renda e contribuição social	12	**(156.576)**	(199.400)
Lucro líquido do exercício		**378.780**	385.862
Lucro por ação - básico e diluído (em reais)	25	**0,45729**	0,48132

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**378.780**	385.862
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Resultado abrangente do exercício	**378.780**	385.862

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		
Com arrecadação de pedágio	**1.066.822**	1.024.236
Com construção	**1.236.895**	514.421
Outras receitas	**2.113**	3.160
	2.305.830	1.541.817
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	**(1.396.470)**	(687.392)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(30.791)**	(33.175)
Outros	**(451)**	(772)
Valor (consumido) adicionado bruto	**878.118**	820.478
Depreciação e amortização	**(89.225)**	(50.650)
Valor (consumido) adicionado líquido Produzido pela Companhia	**788.893**	769.828
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	**36.277**	29.972
Outras receitas (despesas), líquidas	**-**	211
	36.277	30.183
Valor adicionado total a distribuir	**825.170**	800.011
Distribuição do valor adicionado	**825.170**	800.011
Pessoal	**54.256**	49.778
Remuneração direta	**39.158**	35.590
Benefícios	**12.928**	12.234
FGTS	**2.170**	1.954
Impostos, taxas e contribuições	**245.884**	284.391
Federais	**195.475**	236.900
Municipais	**50.409**	47.491
Remuneração de capitais de terceiros	**146.250**	79.980
Juros	**86.995**	68.368
Aluguéis	**490**	941
Outros efeitos financeiros	**58.765**	10.671
Remuneração de capitais próprios	**378.780**	385.862
Juros sobre o capital próprio pagos	**74.301**	91.643
Dividendos mínimos obrigatórios	**15.659**	-
Reserva Legal	**18.939**	19.293
Reserva de lucro - orçamento de capital	**269.881**	274.926

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 18/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/18/ECORIOMINAS1588222418032026.pdf

Hash:1773785760d7021f9bbe504965b8faf72716770091

continuação

ECORIOMINAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

(Anteriormente denominada Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel)

CNPJ/MF nº 29.884.545/0001-90 - NIRE 35.300.514.289

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**378.780**	385.862
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	**89.225**	50.650
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	**836**	18.439
Capitalização de juros	**(43.797)**	(20.131)
Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures	**171.634**	90.992
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	**8.294**	-
Encargos financeiros sobre arrendamentos	**4.521**	2.866
Provisão e atualização monetária para perdas cíveis e trabalhistas	**2.324**	948
Provisão e atualização monetária da provisão para manutenção	**7.369**	5.907
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	**13**	(102)
Obrigações com poder concedente	**24.605**	20.635
Atualização monetária dos depósitos judiciais	**(2)**	-
Tributos diferidos	**9.894**	10.016
Provisão para imposto de renda e contribuição social	**146.682**	189.384
Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	**(3.803)**	-
Variação nos ativos operacionais:		
Clientes	**(9.713)**	(7.133)
Partes relacionadas - clientes	**4**	(3)
Tributos a recuperar	**20**	1.723
Despesas antecipadas	**(358)**	249
Depósitos judiciais	**(110)**	(6)
Outros créditos - custos antecipados empréstimos	**(164.457)**	(50.296)
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores e FIDIC	**63.600**	(57.514)
Obrigações sociais e trabalhistas	**(25)**	1.693
Partes relacionadas - fornecedores	**125.572**	11.562
Impostos, taxas e contribuições a recolher	**7.987**	(1.579)
Pagamento de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	**(1.404)**	(420)
Pagamento de obrigações com poder concedente	**(24.512)**	(20.559)
Outras contas a pagar	**23.787**	2.430
Caixa gerado nas operações	**816.966**	635.613
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(160.662)**	(181.087)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**656.304**	454.526
	31/12/2025	**31/12/2024**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	**(112.607)**	(35.579)
Aquisição de intangível	**(1.376.168)**	(665.336)
Aplicações financeiras	**72.316**	(70.962)
Aplicação financeira - conta reserva	**(50.798)**	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**(1.467.257)**	(771.877)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Juros sobre capital próprio pagos e/ou IRRF JSCP	**(11.145)**	(3.787)
Pagamento de debêntures e arrendamentos	**(820.242)**	(6.444)
Juros pagos sobre debêntures e arrendamentos	**(191.092)**	(2.866)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	**1.656.686**	397.372
Aporte/integralização de capital	**80.000**	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**714.207**	384.275
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	**(96.746)**	66.924
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**155.867**	88.943
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**59.121**	155.867
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	**(96.746)**	66.924

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A. ("Ecovias Rio Minas" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 20 de fevereiro de 2018 e tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço nos trechos da Rodovia BR-116/RJ, entre o entroncamento com a BR-101/RJ (Trevo das Margaridas), no município do Rio de Janeiro (RJ), e o entroncamento com a BR-465, em Seropédica (RJ); Rodovia BR-116/RJ, entre o entroncamento da BR-393, no distrito de Jamapará (RJ), e o entroncamento com a BR-040 (A)/493 (B)/RJ-109, em Duque de Caxias (RJ); Rodovia BR-116/MG, entre o entroncamento com a BR-381/451, em Governador Valadares (MG), e a divisa dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro; Rodovia BR-493/RJ, entre o entroncamento com a BR-101 (Manilha), em Itaboraí (RJ), e o entroncamento com a BR-116 (Santa Guilhermina), em Magé (RJ); Rodovia BR-493/RJ, entre o entroncamento com a BR-040/116 (B), em Duque de Caxias (RJ), e o Porto de Itaguaí (RJ); e Rodovia BR-465/RJ - Trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-116 e o entroncamento com a BR-101. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 19 de agosto de 2022, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 21 de setembro de 2022, e possui prazo final em 21 de setembro de 2052. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota 17.1. A sede da Companhia fica localizada na Travessa Mário Neves, nº 1, Bairro Ilha da Conceição, no município de Niterói-RJ. As ações da Companhia são de titularidade da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.("ECS"), sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona - Itália. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores, entretanto, a Companhia possui registro na categoria "B", na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. 1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício: Emissões aprovadas: As principais emissões de dívidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão identificadas abaixo: Empréstimos e financiamentos (Nota 13): Em 30 de setembro de 2025, ocorreu a entrada de R$350.000, referente ao 1º subcrédito do financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil, da Ecovias Rio Minas. Debêntures (Nota 14):

Emissão	Série	Data emissão	Vencimento final	Taxa contratada	Valor Nominal
4ª	Única	15/1/2025	15/9/2047	IPCA + 8,3939% a.a.	1.350.000

Pagamentos de dívidas: Os principais pagamentos de dívida no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão identificados abaixo. Para mais informações ver Notas 14 e 15.

Modalidade	Valor pago (principal, variação e juros)
Banco do Nordeste do Brasil	1.254
2° emissão de Debêntures	481.446
3° emissão de Debêntures	439.876
4° emissão de Debêntures	63.995

1.2 Visão ASG - Ambiental, Social e Governança (ESG - Environmental, Social and Governance na sigla em inglês): O Grupo EcoRodovias adota práticas voltadas à integração dos temas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) à gestão de seus negócios. Em 2024, o Conselho de Administração aprovou sua Agenda ESG 2030, que consolida diretrizes e compromissos do Grupo em 10 vias da Sustentabilidade, abrangendo, entre outros temas, mitigação e adaptação as mudanças climáticas, biodiversidade, segurança viária e ocupacional, direitos humanos e governança ética empresarial. Os compromissos possuem horizontes temporais até 2030, porém o Grupo estabelece metas anuais, que inclusive fazem parte da bonificação de todos os colaboradores, incluindo a alta liderança. No pilar climático, o objetivo do Grupo EcoRodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano-base de 2020 e em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo mantém um plano de descarbonização, revisado periodicamente, que abrange diferentes projetos e ações estruturados em quatro pilares: combustíveis de baixo carbono; eletrificação de equipamentos; energia renovável; e eficiência de processos e engajamento de fornecedores. Em 2025 o Grupo deu continuidade aos estudos de transição energética, com foco na análise de soluções de combustíveis renováveis para substituição aos fósseis com a implementação de um projeto piloto para o uso do biodiesel B-100 na frota pesada. Além disso, como medida para redução das nossas emissões, substituímos dez guinchos operacionais movidos a combustão por modelos elétricos. Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para compensar todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e neutraliza suas emissões de escopo 2 através da compra de I-RECs (certificados de energia renovável). Outro compromisso da Agenda ESG 2030 está relacionado à adaptação dos negócios do Grupo às mudanças climáticas. Nesse contexto, o Grupo EcoRodovias realizou estudos de vulnerabilidade climática, com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos no médio e no longo prazo (horizontes de 2030 e 2050). Esses estudos são periodicamente revisados de modo a incorporar novas concessões, atualizar cenários climáticos e aprimorar a metodologia adotada. O estudo revisado em 2025 incluiu o levantamento de fatores de riscos físicos, riscos de transição e oportunidades, considerando todos os ativos do Grupo. Os resultados desse trabalho são incluídos na metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar impactos à segurança da infraestrutura e dos usuários. 1.3 Reforma tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS, a COFINS e o IPI, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC nº 214/2025. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Companhia. 1.4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: Para fins ilustrativos, a Companhia lista abaixo todas as divulgações de novos e revisados pronunciamentos que entraram em vigor a partir de, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma), independentemente de terem algum impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. Alterações ao IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis: Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As alterações mencionadas acima não causaram qualquer impacto material nas operações ou demonstrações financeiras da Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) as normas contábeis internacionais (IFRS® *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicados na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizados na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, no caso de determinados ativos e passivos financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia. 2.3 Aprovação das Demonstrações Financeiras: Em 16 de março de 2026, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicados na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizados abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. 3.1 Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros: Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Classificação dos ativos financeiros: Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custo amortizado: O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (Nota 24). Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Desreconhecimento: Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. 3.2 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Ativos intangíveis: O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de redução ao valor recuperável descritos na Nota 11, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. 3.3 Provisões gerais: As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. Provisão para manutenção: Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do Contrato de Concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente com a taxa de 9,91% ao ano (10,31% em 31 de dezembro de 2024), correspondente ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos. Provisão para construção de obras futuras: Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 11,05% ao ano (11,05% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024), correspondente ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. Provisão para perdas cíveis e trabalhistas: A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. 3.4 Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras com a transação em questão. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. 3.5 Empréstimos, financiamentos e debêntures: Os empréstimos, financiamento e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos, financiamentos e debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são desreconhecidos quando a obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha o direito, na data do balanço, de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a referida data. As cláusulas contratuais restritivas (covenants) que a Companhia é obrigada a cumprir, até a data do balanço, são considerados na classificação dos empréstimos, financiamentos e debêntures como circulante ou não circulante. Contudo, aquelas que a Companhia é obrigada a cumprir após a data do balanço não afetam a classificação na data do balanço, mas são objeto de divulgação nas demonstrações financeiras. Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no período em que são incorridos. 3.6 Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base no Contrato de Concessão. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos nas rodovias administradas pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente (por lote). A Companhia possui mecanismo de Desconto Básico de Tarifa (DBT), no qual os usuários que utilizarem meios de pagamento eletrônico e identificação automática de veículo (AVI), terão direito a um desconto incondicional de 5% (cinco por cento) sobre a tarifa de pedágio. Em relação ao Desconto Básico de Tarifa (DBT), uma vez que é um desconto incondicional, a receita é demonstrada pelo seu valor líquido, ou seja, 95% do valor da Tarifa Base de Pedágio. A Companhia também possui mecanismo de retenção sobre a receita bruta auferida, para ser utilizado eventualmente em futuros reequilíbrios contratuais, de acordo com o contrato de concessão (vide nota 17.1). 3.7 Arrendamento: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). 3.8 Imobilizado: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação

continua

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 18/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/18/ECORIOMINAS1588222418032026.pdf

Hash:1773785760d7021f9bbe504965b8faf72716770091

continuação

ECORIOMINAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

(Anteriormente denominada Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel)

CNPJ/MF nº 29.884.545/0001-90 - NIRE 35.300.514.289

são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. 3.9 Intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. 3.10 Imposto de renda e contribuição social: As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. 3.11 Partes relacionadas: A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, serviços de consultoria, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*). 3.12 Normas emitidas e/ou alteração de normas que ainda não estão em vigor: As normas e interpretações novas e alterações emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas, pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). A Companhia apresenta as normas emitidas, mas ainda não vigentes considerando as demonstrações financeiras elaboradas em compliance com as normas do CPC e IFRS. Por esse motivo, algumas das normas abaixo descritas fazem menção somente ao IFRS, uma vez que até a data da publicação dessas demonstrações, algumas das normas novas ou revisadas ainda não haviam sido objeto de publicação por parte do CPC. • Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis às empresas em geral e não apenas às instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. • Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza: Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de own use, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. O Grupo está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais para a Companhia. • IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. • No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. • IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações: Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis interncionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. • Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas: IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro"; IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7"; IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"; IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa". Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. • Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se: • sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou • estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária. As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária. Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. • Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras": Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras. Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. 3.13 Lucro básico e diluído por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição. 3.14 Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. 3.15 Demonstração do valor adicionado (DVA): A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. 3.16 Participação nos lucros: A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, ao EBITDA (*Earnings Before Income Taxes, Depreciation and Amortization*), e metas individuais de cada colaborador. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*contructive obligation*).

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período financeiro, estão contemplados a seguir: • Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes; • Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; • Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e • Redução ao valor recuperável: Atualmente, a Administração testa eventuais perdas para redução ao valor recuperável, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.2. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 11). Contabilização dos Contratos de Concessão: Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetuará análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. Os direitos e obrigações da Companhia referentes à Concessão, ocorrerão a partir da assinatura do contrato com Poder Concedente. Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis: A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefício econômico futuro / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo está a prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. Capitalização dos custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures: Conforme descrito na Nota 3.5, a Companhia capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos e financiamentos, no encerramento de cada mês. Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos: A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 dezembro 2025 e de 2024, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a. Provisão para construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 9,91% ao ano para manutenção e 11,05% a.a. para construção (10,31% e 11,05% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, respectivamente). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês) calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	2.466	3.005
Equivalentes de caixa:		
Fundo de investimento (a)	5.387	145.198
Operações compromissadas (b)	46.496	-
Aplicações automáticas (c)	4.772	7.664
	59.121	155.867

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor. Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2025 a carteira do Fundo de Investimentos era composta por 19,2% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 80,8% aplicações em Cotas de Fundos. Em 31 de dezembro de 2024 a carteira do Fundo de Investimentos era composta por 39,5% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 60,5% aplicações em Cotas de Fundo. As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 102,7% em 31 de dezembro de 2025 (100,7% em 31 de dezembro de 2024) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 93% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (0% em 31 de dezembro de 2024), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas a curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF. (c) A Companhia possui aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis. A redução na rubrica "caixa e equivalentes" deve-se principalmente pelos investimentos realizados em intangível (vide Nota 11).

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2025	31/12/2024
Cotas fundo - BTG CDB Plus (a)	22.300	93.181
Cotas fundo - FIDC_ECO (b)	342	1.777
	22.642	94.958

(a) Em31 de dezembro de 2025, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundo com gestão do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB I e PLUS), este fundo aplica em papéis de renda fixa e em outras instituições financeiras e possui a mesma estratégia da política de investimentos do grupo EcoRodovias. Os recursos são remunerados à taxa média ponderada de 102,7% do CDI (100,7% em 31 de dezembro de 2024), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui liquidez diária. (b) Em 31 de dezembro de 2025, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundo de Direitos Creditórios do Grupo EcoRodovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC_ECO), remunerado à taxa média ponderada de 102,7% do CDI (100,7% em 31 de dezembro de 2024), vinculado ao fundo de investimento. No Fundo de Direitos Creditórios (FIDC_ECO), os recursos são utilizados para financiar nossos fornecedores através da antecipação de recebíveis. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Fundo FIDC_ECO em troca do recebimento antecipado do título. O Fundo FIDC_ECO, por sua vez, passa a ser o credor da operação e o Grupo efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor na conta do Fundo FIDC_ECO. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Demonstrações financeiras, no passivo circulante, com a nomenclatura "Fornecedores - FIDC" logo abaixo da rubrica "Fornecedores". Em 31 de dezembro de 2025, o valor antecipado em favor dos fornecedores era de R$2.003 (R$624 em 31 de dezembro de 2024). A redução nos saldos de aplicações financeiras deve-se a alocação de recursos para as contas de aplicação financeira - conta reserva.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONTA RESERVA

	31/12/2025	31/12/2024
Fundo de investimento	54.601	-
	54.601	-
Circulante	38.670	-
Não circulante	15.931	-

(a) O Fundo de Investimento é remunerado à taxa média ponderada de 98,4% do CDI em 31 de dezembro de 2025. As aplicações financeiras - conta reserva, refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras - conta reserva, por estarem vinculadas ao processo de liquidação de Debêntures da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal.

8. CLIENTES

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias. A composição está assim representada:

	31/12/2025	31/12/2024
Pedágio eletrônico (a)	63.580	58.933
Receitas acessórias (b)	291	310
Outras contas a receber (c)	3.510	2.443
Desconto de Usuário Frequente - DUF (d)	4.018	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (e)	(32)	(19)
	71.367	61.667

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos de vale pedágio. (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão. (c) Representados, substancialmente, por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio recebidas nas modalidades "cartão de débito" e "cartão de crédito". (d) Desconto de Usuário Frequente a receber da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, conforme cláusulas contratuais. (e) O valor das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. O "*aging list*" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	71.283	61.653
Vencidos:		
Até 30 dias	72	33
De 31 a 90 dias	44	-
	71.399	61.686

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	(19)	(121)
Valores recuperados	19	121
Constituição de PECLD	(32)	(19)
Saldo no fim do exercício	(32)	(19)

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais é:

	31/12/2025	31/12/2024
Natureza		
Cível	73	6
Trabalhista	45	-
	118	6

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas. As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgadas na Nota 20 Provisão para Perdas Cíveis e Trabalhistas.

continua

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 18/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/18/ECORIOMINAS1588222418032026.pdf

Hash:1773785760d7021f9bbe504965b8faf72716770091

continuação

ECORIOMINAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

(Anteriormente denominada Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel)

CNPJ/MF nº 29.884.545/0001-90 - NIRE 35.300.514.289

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	6	-
Adições	217	9
Baixas	(107)	(3)
Atualização monetária	2	-
Saldo no fim do exercício	118	6

10. IMOBILIZADO

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	
Taxa média ponderada de depreciação - %	18,8	9,8	10,2	25,4	
CUSTO					
Saldos em 31/12/2024	135.452	18.785	2.396	749	157.382
Adições	107.951	1.825	377	2.454	112.607
Transferências	11.151	(34)	-	-	11.117
Saldos em 31/12/2025	254.554	20.576	2.773	3.203	281.106
DEPRECIAÇÃO					
Saldos em 31/12/2024	(36.148)	(2.026)	(258)	(28)	(38.460)
Adições	(37.780)	(1.919)	(264)	(502)	(40.465)
Saldos em 31/12/2025	(73.928)	(3.945)	(522)	(530)	(78.925)
RESIDUAL					
Em 31/12/2025	180.626	16.631	2.251	2.673	202.181
Em 31/12/2024	99.304	16.759	2.138	721	118.922

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	
Taxa média ponderada de depreciação - %	19,2	10,2	8,8	7,5	
CUSTO					
Saldos em 31/12/2023	109.032	11.391	1.380	-	121.803
Adições	26.415	7.399	1.016	749	35.579
Transferências	5	(5)	-	-	-
Saldos em 31/12/2024	135.452	18.785	2.396	749	157.382
DEPRECIAÇÃO					
Saldos em 31/12/2023	(12.638)	(485)	(91)	-	(13.214)
Adições	(23.510)	(1.541)	(167)	(28)	(25.246)
Saldos em 31/12/2024	(36.148)	(2.026)	(258)	(28)	(38.460)
RESIDUAL					
Em 31/12/2024	99.304	16.759	2.138	721	118.922
Em 31/12/2023	96.394	10.906	1.289	-	108.589

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não havia bens do ativo imobilizado vinculadas como garantia de empréstimos ou de processos de qualquer natureza. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil - econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil - econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

11. INTANGÍVEL

	Contratos de concessão (a)	Intangível em andamento (c)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPC06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	-	19,5	(d)	
CUSTO					
Saldos em 31/12/2024	1.410.540	409.800	4.942	46.124	1.871.406
Adições	464.301	955.108	556	14.784	1.434.749
Baixa	-	(836)	-	(339)	(1.175)
Transferências	289.217	(300.374)	40	-	(11.117)
Saldos em 31/12/2025	2.164.058	1.063.698	5.538	60.569	3.293.863
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2024	(18.977)	-	(1.589)	(8.163)	(28.729)
Adições	(26.314)	-	(1.025)	(21.421)	(48.760)
Saldos em 31/12/2025	(45.291)	-	(2.614)	(29.245)	(77.150)
RESIDUAL					
Saldos em 31/12/2025	2.118.767	1.063.698	2.924	31.324	3.216.713
Saldos em 31/12/2024	1.391.563	409.800	3.353	37.961	1.842.677

	Contratos de concessão (a)	Intangível em andamento (c)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPC06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	-	20,2	(d)	
CUSTO					
Saldos em 31/12/2023	587.879	565.839	4.536	2.822	1.161.076
Adições	255.047	429.981	439	43.302	728.769
Baixa	-	(18.406)	(33)	-	(18.439)
Transferências	567.614	(567.614)	-	-	-
Saldos em 31/12/2024	1.410.540	409.800	4.942	46.124	1.871.406
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2023	(2.062)	-	(632)	(631)	(3.325)
Adições	(16.915)	-	(957)	(7.532)	(25.404)
Saldos em 31/12/2024	(18.977)	-	(1.589)	(8.163)	(28.729)
RESIDUAL					
Saldos em 31/12/2024	1.391.563	409.800	3.353	37.961	1.842.677
Saldos em 31/12/2023	585.817	565.839	3.904	2.191	1.157.751

(a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária. Em 31 de dezembro de 2025, as principais adições nesta rubrica referem-se a: reabilitação do sistema de drenagens e obras de artes correntes elementos de proteção, licenciamento e passivos ambientais e implantações de infraestrutura. (b) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2025 foram de 1,36% a.a. (1,32% a.a. em 31 de dezembro de 2024). (c) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no ano de 2025 referem-se a: estudos, consultoria e implantações de projetos e reabilitação e de pavimentos e terraplenos, duplicações e infraestruturas nas praças de pedágios. (d) Amortização realizada conforme prazo do contrato de arrendamentos. As adições referem-se a novos contratos de locações de imóveis e software. Provisão para redução ao valor recuperável: A Administração da Companhia contratou uma consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem se os ativos intangíveis apresentam valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2024. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos e capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC (ou CMPC na sigla em português), em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weigthed Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultado em: 11,70% a.a. (16,07% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia não identificou ajuste da provisão a ser constituído no resultado do exercício: Capitalização de juros: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram capitalizados R$43.797 (R$20.131 em 31 de dezembro de 2024) referentes a encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures vinculados a intangível em andamento.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

12.1. Tributos diferidos

	Balanço patrimonial				Resultado
	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025	31/12/2025
Lucro Diferido (a)	(7.141)	-	2.085	(5.056)	2.085
Provisão para manutenção	1.319	2.506	-	3.825	2.506
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	221	345	(62)	504	283
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	6	13	(8)	11	5
Juros capitalizados	(9.128)	(14.903)	130	(23.901)	(14.773)
IR e CS diferido - ativo/ (passivo)	(14.723)	(12.039)	2.145	(24.617)	
Receita (despesas) de IR e CS diferido					(9.894)

(a) Lucro diferido de valores a receber do Poder Concedente conforme Decreto-Lei nº 1.598/77 (IRPJ), art. 57 da Lei nº 8.981/95 e do art. 3º da IN RFB nº 1.700/17 (CSLL). Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC32 - Tributos sobre o Lucro, parágrafo 72, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2025 R$24.617 no passivo não circulante (R$14.723 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024) e registrou débito de R$9.894 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício. A Administração preparou estudo acerca da realização futura do passivo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos tributos diferidos seja realizada em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico. De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	(10.208)
2026	(24.045)	(1.129)
2027	(143)	(1.129)
2028	(143)	(1.129)
2029	(143)	(1.129)
2030	(143)	-
	(24.617)	(14.723)

12.2 Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social: Foram registrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	535.356	585.262
Alíquota fiscal vigente	34 %	34 %
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(182.021)	(198.989)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Gratificações/PPR diretores	(152)	(117)
Juros sobre capital próprio	25.262	-
Despesas indedutíveis	(99)	(7)
Incentivos fiscais (PAT)	810	216
Outros	(376)	(503)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(156.576)	(199.400)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(146.682)	(189.384)
Impostos diferidos	(9.894)	(10.016)
Taxa efetiva	29,25 %	34,07 %

12.3 Provisão para imposto de renda e contribuição social: A movimentação do exercício do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	44.469	36.172
Despesa IR/CS DRE	146.682	189.384
Total de IR/CS pagos	(160.662)	(181.087)
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	30.489	44.469

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Vencimento final	Taxa de juros	31/12/2025
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	15/7/2047	IPCA + 2,92% a.a.	350.702
			350.702
Circulante			3.901
Não circulante			346.801

Os vencimentos das parcelas não circulante tem a seguinte distribuição:

	31/12/2025
2027	17.873
2028	17.197
2029	17.562
2030	17.248
Posterior a 2030	276.921
	346.801

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2025
Saldo no início do exercício	-
Adição	343.662
Encargos financeiros (Nota 22)	8.294
Pagamento de juros	(1.254)
Saldo no fim do exercício	350.702

Descrição do contrato de empréstimo e financiamento bancário vigente:

Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantia
BNB	Beneficiária: Comprometimento da Capacidade de Pagamento ≤ 70%	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Bancária.

O contrato requer a manutenção de certos índices financeiros ("*covenants*"). Os referidos índices serão medidos anualmente, com base nas Demonstrações Financeiras da Companhia, sendo a primeira medição a partir da Demonstração Financeira de 31 de dezembro de 2027. Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida. A Companhia está adimplente com as demais cláusulas restritivas do referido contrato. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía créditos não utilizados no contrato de financiamento de R$150.000.

14. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa de juros	31/12/2025	31/12/2024
2ª Emissão	03/2025	CDI + 2,05% a.a.	-	469.538
3ª Emissão	03/2025	CDI + 0,40% a.a.	-	430.285
4ª Emissão (a)	09/2047	IPCA + 8,3939% a.a.	1.399.164	-
			1.399.164	899.823
Circulante			31.863	899.823
Não circulante			1.367.301	-

Descrição dos contratos de debêntures:

Ref.	Tipo e Forma	Pagamento de juros	Amortização principal	Tipo de garantia	Repactuação
(a)	(i)	Semestral	Semestral a partir de set/2031	Penhor das ações da Beneficiária, Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios e Fiança Corporativa	Não

(i) Simples, nominativa escritural, não conversível, distribuição pública

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	899.823	411.459
Adições	1.313.024	397.372
Encargos financeiros (Nota 24)	171.634	90.992
Pagamento principal	(800.000)	-
Pagamento de juros	(185.317)	-
Saldo no fim do exercício	1.399.164	899.823

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2025		
	Parcela	Custo	Total
2027	-	(2.135)	(2.135)
2028	-	(2.138)	(2.138)
2029	-	(2.142)	(2.142)
2030	-	(2.145)	(2.145)
Posteriores a 2030	1.400.150	(24.289)	1.375.861
	1.400.150	(32.849)	1.367.301

O contrato requer a manutenção de certos índices financeiros ("*covenants*"), medidos anualmente com base nas demonstrações financeiras da controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. A controladora da Companhia está adimplente com os referidos índices.

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Ecovias Rio Minas	4ª	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	≤ 4,75	3,51

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida. A companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas descritas acima. O contrato de debênture da Companhia possui cláusula restritiva de "*cross default*" que estabelece a antecipação das dívidas na ocorrência do não cumprimento de obrigações contratuais da Companhia e de sua controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. Em 31 de dezembro de 2025, inexiste evento de vencimento antecipado de dívida relacionado a esta cláusula restritiva. A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Custos com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Série Única - 4ª Emissão.	20/02/2025	1.350.000	(36.930)	1.313.070	IPCA + 8,3939% a.a.	13,17 %
		1.350.000	(36.930)	1.313.070		

15. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo de arrendamento:	33.671	39.129
Circulante	19.236	13.201
Não circulante	14.435	25.928

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	39.129	2.271
Adições (Nota 11.d)	14.784	43.302
Encargos financeiros (Nota 24)	4.521	2.866
Pagamento principal	(20.242)	(6.444)
Pagamento de juros	(4.521)	(2.866)
Saldo no fim do exercício	33.671	39.129

A companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

	Taxa % a.a.	
Prazos	31/12/2025	31/12/2024
1 ano	10,61 %	10,87 %
2 anos	10,97 %	10,87 %
3 anos	10,83 %	10,98 %
4 anos	11,03 %	10,84 %
5 anos	11,03 %	11,03 %
6 anos em diante	10,45 %	11,03 %
Vencimento das prestações	31/12/2025	31/12/2024
Menos de 1 ano	21.768	14.402
Entre 1 e 2 anos	10.447	16.049
Entre 2 e 5 anos	5.721	15.575
Acima de 5 anos	54	656
Total valores não descontados	37.990	46.682
Total juros embutidos	(4.319)	(7.553)
Saldo Final	33.671	39.129

16. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

			Contrato				Montantes envolvidos						Outras Informações	
Objeto	Companhia	Natureza	Data início	Data final	Total	A realizar	Saldo ativo	Saldo passivo	Vencimento	Custo	Despesa	Intangível	Garantias	Posição contratual
a)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	12/12/2024	31/03/2026	4.828	-	-	1.177	Em até 45 dias	-	-	4.828	N/A	Devedor
b)	Conc. da Ponte Rio Niterói S.A. Ecoponte	Outras Partes Relacionadas	-	-	-	-	-	568	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
b)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	-	-	-	-	-	1.090	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
c)	Sinelec Brasil Ltda.	Outras Partes Relacionadas	25/10/2023	31/12/2029	1.976	1.313	-	25	Em até 45 dias	-	-	102	N/A	Credor
d)	ICCR Rio Minas S.A.	Outras Partes Relacionadas	08/03/2024	08/03/2031	6.262.142	5.576.073	-	124.148	Em até 45 dias	-	-	347.592	N/A	Devedor
e)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	-	-	-	-	-	7	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
f)	Sinelec Brasil Ltda.	Outras Partes Relacionadas	22/12/2025	02/04/2031	8.379	8.379	-	-	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
g)	Consórcio S&M	Outras Partes Relacionadas	22/12/2025	02/04/2031	77.803	77.803	-	-	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
h)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	12/12/2024	31/03/2026	28.875	299	-	6.705	Em até 45 dias	13.756	14.820	-	N/A	Devedor
i)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	12/12/2024	31/03/2026	22.654	-	-	5.258	Em até 45 dias	-	-	22.654	N/A	Devedor
j)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	12/12/2024	31/03/2026	8.101	-	-	1.975	Em até 45 dias	-	-	8.101	N/A	Devedor
k)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	12/12/2024	31/03/2026	177	-	-	43	Em até 45 dias	-	-	177	N/A	Devedor
l)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	12/12/2024	31/03/2026	991	604	-	84	Em até 45 dias	-	-	387	N/A	Devedor
Total em 31 de dezembro de 2025							-	141.080		13.756	14.820	383.841		
Total em 31 de dezembro de 2024							4	15.508		16.228	19.834	53.775		

(a) A Ecorodovias Concessões e Serviços é controladora direta da Companhia, e presta serviços de suporte especializado ao projeto de automação, direcionado a iniciativas de investimento. (b) Repasse de despesas entre as unidades. Adicionalmente, não há transações entre as partes em 31 de dezembro de 2025, trata-se apenas da divulgação do relacionamento entre as entidades. (c) A Sinelec Brasil Ltda, parte relacionada controlada pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo Ecorodovias, presta serviços de desenvolvimento e implantação da plataforma HS-WIM. O contrato foi assinado originalmente com a Sinelec S.p.A. em 25 de outubro de 2023, com o valor original de R$1.721. Em 18 de dezembro de 2024, foi realizado o 1º Termo de Aditamento e Cessão de Direitos e Obrigações para cessão do contrato da Sinelec S.p.A., para sua subsidiária no Brasil

continua

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 18/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/18/ECORIOMINAS1588222418032026.pdf

Hash:1773785760d7021f9bbe504965b8faf72716770091

continuação

ECORIOMINAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

(Anteriormente denominada Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel)

CNPJ/MF nº 29.884.545/0001-90 - NIRE 35.300.514.289

Sinelec Brasil Ltda, além do reajuste de valor, passando o contrato a ser de R$1.976. (d) A ICCR Rio Minas S.A., pertence a (i) Itinera Construções Ltda. (50,1%), controlada indiretamente pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo Ecorodovias; e (ii) Crasa Infraestrutura (49,9%), controlada indiretamente pelos Srs. Cesar Beltrão de Almeida, Denise Beltrão de Almeida Cassou, Marcelo Beltrão de Almeida e Maria Fernanda Beltrão de Almeida, pertencentes ao Grupo CR Almeida, que possuem em conjunto 8,2% de participação minoritária, direta e indiretamente do Grupo Ecorodovias. O objeto do contrato é a prestação de serviços de execução de obras e serviços de melhorias operacionais, ampliação da capacidade e reforço estrutural nas rodovias BR116/RJ, BR116/MG, BR493/RJ, BR465/RJ, da Ecovias Rio Minas. O contrato foi assinado em 08 de março de 2024, tendo data-base março de 2022 e valor original de R$5.298.821. Desde então o referido contrato passou por aditivos e reajustes contratuais, sendo o valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 de R$6.262.142, conforme demonstrado abaixo:

Data	Termo	Valor	Objeto
mar/24	Contrato	5.298.821	Contrato inicial
ago/24	1º Aditivo	5.298.821	Revisão de parâmetros
jan/25	2º Aditivo	5.298.821	Revisão de parâmetros
nov/25	RC*	6.262.142	Reajuste contratual

(*) De acordo com as cláusulas contratuais, o contrato será reajustado a cada 12 meses, baseado em fórmula paramétrica, com aplicação dos índices do IBRE/FGV (Instituto Brasileiro de Economia - Fundação Getúlio Vargas). Desse modo, não há necessidade de uma aditivo formalizando o referido reajuste. (e) Transferência de funcionários entre as unidades. Adicionalmente, não há transações entre as partes em 31 de dezembro de 2025, trata-se apenas da divulgação do relacionamento entre as entidades. (f) A Sinelec Brasil Ltda., parte relacionada controlada pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias, presta serviços para conceber, implementar e montar site para teste de conceito (POC) de sistema Multilane Free Flow Tolling (MLFF). (g) O Consórcio S&M formado pelas partes (i) Sinelec Brasil (70%), controlada indiretamente pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias; e (ii) Marsao Automação Rodoviária (30%), que não possui participação direta ou indireta no Grupo EcoRodovias. O objeto do contrato é a execução de obras e prestação de serviços do empreendimento e apresentação de propostas para futura execução de obras junto de Free Flow às Concessões conforme necessidade da Companhia. (h) A Ecorodovias Concessões e Serviços é controladora direta da Companhia, e presta serviços de apoio administrativo, financeiro, recursos humanos e compras corporativas, cujos valores são classificados como custos e despesas. (i) A Ecorodovias Concessões e Serviços é controladora direta da Companhia, e presta serviços de suporte especializado à administração de obras, direcionados a iniciativas de investimento. (j) A Ecorodovias Concessões e Serviços é controladora direta da Companhia, e presta serviços de suporte especializado em gerenciamento de estudos e projetos, direcionados a iniciativas de investimento. (k) A Ecorodovias Concessões e Serviços é controladora direta da Companhia, e presta serviços suporte especializado a tecnologia central, direcionados a iniciativas de investimento. (l) A Ecorodovias Concessões e Serviços é controladora direta da Companhia, e presta serviços de suporte especializado aos projetos de inovação, direcionados a iniciativas de investimento. Remuneração dos administradores: Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a). benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025 em R$2.614(R$1.808 para o exercício de 2024) considerando os encargos sociais. A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2026, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 para R$3.756, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A remuneração paga aos administradores nos exercícios está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração (fixa/variável)	1.768	1.221
Gratificação	256	-
Remuneração com base em ações (Phantom Stock Options/Restricted Stock)	845	(100)
Outros	-	1
Seguro de vida	4	3
Assistência saúde	122	95
Previdência privada	96	68
FGTS	151	50
INSS (sobre salários, plano de retenção e		
Incentivos de longo prazo - ILP (Phantom Stock Options - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS)	513	170
	3.756	1.508

17. OBRIGAÇÕES COM O PODER CONCEDENTE

	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de Fiscalização (a)	1.867	1.775
Recursos vinculados (b)	37.030	33.981
	38.897	35.756
Circulante	10.337	7.906
Não circulante	28.560	27.850

a. A Companhia deverá recolher à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), ao longo de todo o prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão, tendo início no primeiro mês após a data de Assunção da concessão. A verba anual de fiscalização, definida no Contrato de Concessão, será distribuída em 12 parcelas mensais de mesmo valor e recolhida à conta da ANTT até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2025, o valor mensal da parcela reajustada é de R$1.867 (R$1.775 em 31 de dezembro de 2024). b. Conforme cláusula 12 do Contrato de Concessão da Companhia, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora, da Conta de Aporte e da Conta do *Free Flow* para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades: (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial ou ao Mecanismo de Compartilhamento de Risco de Preço do Insumo; (ii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequente; (iii)recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão; e (iv) pagamento de indenizações em da extinção da Concessão. Será destinado a Conta de Retenção o valor correspondente a 4% (quatro por cento) da Receita Bruta, com exceção das receitas do *Free Flow*, ao longo de todo o prazo de concessão. O banco depositário deverá transferir 50% (cinquenta por cento) a arrecadação da Conta do *Free Flow*, auferida por meio efetivo pagamento da tarifa cobrada no Trecho Metropolitano, para a Conta de Ajuste, sendo o restante transferido para a conta de Livre Movimentação. A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	35.756	9.697
Custo (Nota 23)	24.605	20.635
Retenção conta de ajuste	44.965	41.642
Reembolso DUF ANTT	(19.062)	(16.874)
Rendimento de aplicação conta ajuste (líquido IRRF e IOF)	2.186	1.215
Reembolso ANTT isenções Viúva Graça	(25.041)	-
Pagamento	(24.512)	(20.559)
Saldo no final do exercício	38.897	35.756

17.1. Informações do Contrato de Concessão: Contratante: União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Data da assinatura: 19 de agosto de 2022 (início do prazo da concessão em 21 de setembro de 2022, data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens). Objeto da Concessão: Explora pelo regime de concessão a Infraestrutura e a prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, do Sistema Rodoviário Rio de Janeiro (RJ) - Governador Valadares (MG), que compreende as Rodovias BR-116/465/493/RJ/MG, com 726,9 km de extensão. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. Índice de reajuste: IPC-A. Data de reajuste: 01 de março de cada ano (sendo o primeiro reajuste em 01/03/2024). Prazo de vigência: 21 de setembro de 2052. O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, somente diante de situações extraordinárias, a critério exclusivo do Poder Concedente, por no máximo 5 (cinco) anos, para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de caso furtuito, força maior, fato da administração ou fato do príncipe. Nos casos em que houver estudo ou licitação em andamento para substituição de contrato em vigor e não haja tempo hábil para que para que o vencedor do certame assuma o objeto do Contrato, o prazo de vigência poderá ser estendido nos termos da legislação, a fim de que não haja descontinuidade na prestação do serviço. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão. Recursos vinculados: Conforme cláusula 12 do Contrato de Concessão, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora, da Conta de Aporte e da Conta do *Free Flow* para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades: (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial ou ao Mecanismo de Compartilhamento de Risco de Preço do Insumo; (ii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequente; (iii) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão; e (iv) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão. Será destinado à Conta de Retenção o valor correspondente a 4% (quatro por cento) da Receita Bruta, com exceção das receitas do *Free Flow*, ao longo de todo o prazo da concessão. O banco depositário deverá transferir 50% (cinquenta por cento) a arrecadação da Conta do *Free Flow*, auferida por meio efetivo pagamento da tarifa cobrada no Trecho Metropolitano, para a Conta de Ajuste, sendo o restante transferido para a Conta de Livre Movimentação. Casos de extinção: Conforme cláusula 31 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia. Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a receita e o custo de construção totalizaram R$1.236.895 (R$514.421 em 31 de dezembro de 2024), não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do Contrato de Concessão. Conforme descrito na Nota 18 Provisão para Manutenção, a Companhia tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2025 para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados. As informações abaixo tratam-se de estimativas e serão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia à medida de sua realização.

	Previsão até o fim da concessão	
	31/12/2025	31/12/2024
Natureza dos custos		
Melhorias na infraestrutura	7.494.049	7.985.906
Conservação especial (manutenção)	3.952.123	4.028.662
Equipamentos	1.715.142	1.740.323
Total	13.161.314	13.754.891

Seguros Contratados: A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2025, as principais apólices e coberturas são conforme segue:

Natureza	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Operações	31/12/2026	BMG	780.650
			780.650

18. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

	31/12/2024	Adição (custo)	Efeito financeiro	31/12/2025
Constituição da provisão para manutenção	6.334	10.422	-	16.756
Efeito do valor presente sobre constituição	(2.456)	(3.540)	-	(5.996)
Ajuste a valor presente - realizações	-	-	491	491
	3.878	6.882	491	11.251
Não circulante	3.878			11.251

	31/12/2023	Adição	31/12/2024
Constituição da provisão para manutenção	-	6.334	6.334
Efeito do valor presente sobre constituição	-	(2.456)	(2.456)
	-	3.878	3.878
Não circulante	-		3.878

19. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS

	31/12/2024	Efeito financeiro	31/12/2025
Constituição da provisão para obras futuras	34.178	-	34.178
Efeito do valor presente sobre constituição	(26.885)	-	(26.885)
Atualização Monetária	3.918	(4)	3.914
Total	11.211	(4)	11.207
Circulante	4		-
Não circulante	11.207		11.207

	31/12/2023	Efeito financeiro	31/12/2024
Constituição da provisão para obras futuras	34.178	-	34.178
Efeito do valor presente sobre constituição	(26.885)	-	(26.885)
Atualização Monetária	1.889	2.029	3.918
	9.182	2.029	11.211
Circulante	-		4
Não circulante	9.182		11.207

20. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

20.1. Causas prováveis: Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2025	419	144	563
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	1.854	162	2.016
(-) Pagamentos/baixas	(1.313)	(91)	(1.404)
(+) Atualização monetária	273	35	308
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.233	250	1.483

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	35	-	35
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	715	143	858
(-) Pagamentos/baixas	(407)	(13)	(420)
(+) Atualização monetária	76	14	90
Saldos em 31 de dezembro de 2024	419	144	563

(a) Processos cíveis: O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias, não existindo processos de valor individual relevante. (b) Processos trabalhistas: O valor provisionado corresponde, principalmente, a reclamações trabalhistas de ex-funcionários de empresas terceiras insolventes, bem como uma demanda relacionada a empregado próprio com pedidos de pagamento de horas extras e insalubridade/periculosidade, não existindo processos de valor individual relevante. 20.2. Causas possíveis: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia era parte em outros processos ambientais, cíveis, trabalhistas e tributários envolvendo riscos de perda para a Companhia avaliados como possíveis, portanto, sem a constituição de provisão, conforme demonstrado abaixo, não existindo processo de valor individual relevante.

	31/12/2025	31/12/2024
Ambientais	17	15
Cíveis (a)	200.928	110.833
Trabalhistas	3.739	2.310
Fiscais e Tributários	183	4
	204.867	113.162

(a) Processos cíveis: As principais movimentações do período decorrem de ações indenizatórias relacionadas a acidentes, em sua maioria já ajuizadas e ainda pendentes de decisão de mérito, além de processos administrativos instaurados pela ANTT em razão de fiscalizações sobre a execução do contrato de concessão. Essas contingências foram classificadas como de "perda possível" pelos consultores jurídicos e pela administração, o que resultou na majoração dos valores enquadrados nessa categoria.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1. Capital social: Em 10 de dezembro de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária, deliberou a integralização do capital social da Companhia, em R$10.781, referente a 10.781.069 (dez milhões, setecentas e oitenta e uma mil e sessenta e nove) ações ordinárias, tendo sido a integralização realizada em moeda corrente nacional nesta data. Em 10 de dezembro de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária, deliberou o aumento de capital social da Companhia, no valor de R$69.219, mediante a emissão nesta data de 69.218.931 (sessenta e nove milhões, duzentas e dezoito mil, novecentas e trinta e uma) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R$1,00 (um real) por ação. A referida AGE também consignou a integralização do montante à vista em moeda corrente nacional, naquela data. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R$903.706 (R$834.487 em 31 de dezembro de 2024), representados por 903.706.392 e 834.487.461 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal respectivamente, todas pertencentes a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. 21.2. Reserva legal: É constituída com base em 5% do lucro líquido ajustado do exercício, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo é de R$52.588 (R$33.649 em 31 de dezembro de 2024). 21.3. Reservas de Lucro - orçamento de capital: Constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 27, parágrafo primeiro, inciso IV da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022. O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2025 é de R$636.450 e será referendado na Assembleia Geral Ordinária que será convocada pela administração para os primeiros quatro meses de 2025. A Assembleia Geral Ordinária de 16 de abril de 2025, deliberou a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, retificando a distribuição proposta inicialmente pela Administração, tendo sido o valor de R$91.643, inicialmente proposto como juros sobre o capital próprio, destinado a constituição de reserva de Retenção de Lucros para Orçamento de Capital, nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76. 21.4. Dividendos e juros sobre capital próprio: Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram pagos R$11.145 à título de IRRF de juros sobre o capital próprio do exercício de 2025. O saldo de R$78.815 registrado na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar", refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios e saldo remanescente de juros sobre o capital próprio, ambos do exercício de 2025. A Companhia tem expectativa de realizar o pagamento até 31 de dezembro de 2026. O cálculo da distribuição do resultado é conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido do exercício	378.780	385.862
Constituição de reserva legal	(18.939)	(19.293)
Base de distribuição	359.841	366.569
Proposta da Administração		
Dividendos mínimos obrigatórios	15.659	-
Reserva de orçamento de capital	269.881	274.926
Juros sobre o capital próprio (a)	74.301	91.643

(a) Conforme nota 21.3, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a conversão dos juros sobre o capital próprio do exercício de 2024 em orçamento de capital.

22. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2025	31/12/2024
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	124.121	156.611
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	827.315	718.622
Vale-pedágio	115.287	145.634
Outras	99	3.369
	1.066.822	1.024.236
Receita de construção (b)	1.236.895	514.421
Receitas acessórias (c)	2.113	3.160
Receita bruta	2.305.830	1.541.817
Deduções da receita bruta	(89.759)	(85.763)
Receita líquida	2.216.071	1.456.054
Deduções		
COFINS (3%)	(31.972)	(30.822)
PIS (0,65%)	(6.927)	(6.678)
ISS (2% a 5%)	(50.409)	(47.491)
Abatimentos	(451)	(772)
	(89.759)	(85.763)

(a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos. (c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	54.256	49.778
Conservação e manutenção	37.216	60.157
Serviços de terceiros (a)	88.323	93.742
Seguros	3.435	2.752
Poder concedente (Nota 17)	24.605	20.635
Provisão para manutenção (Nota 18)	6.882	3.878
Custo de construção de obras	1.236.895	514.421
Depreciações e amortizações (Notas 10 e 11)	89.225	50.650
Locação de imóveis e máquinas	490	941
Outros custos e despesas operacionais	29.905	24.982
	1.571.232	821.936
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	1.529.886	781.004
Despesas gerais e administrativas	41.346	40.932
	1.571.232	821.936

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção e outros.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	35.905	29.942
Atualização monetária depósitos judiciais (Nota 9)	2	
Outras receitas financeiras	370	30
	36.277	29.972
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 13)	(8.294)	
Juros sobre debêntures (Nota 14)	(117.977)	(85.633)
Variação monetária sobre debêntures (Nota 14)	(50.150)	
Amortização de custos com emissão de debêntures (Nota 14)	(3.507)	(5.359)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção (Nota 18)	(487)	(2.028)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 20)	(308)	(90)
Juros sobre arrendamentos - CPC06 (R2) (Nota 15)	(4.521)	(2.866)
Juros Capitalizados	43.797	20.131
Outras	(4.313)	(3.194)
	(145.760)	(79.039)
Resultado financeiro, líquido	(109.483)	(49.067)

25. LUCRO POR AÇÃO

25.1 Lucro básico por ação: O lucro básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	378.780	385.862
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	828.309	801.680
Lucro básico por ação das operações continuadas	0,46	0,48

25.2 Lucro diluído por ação: A Companhia não possui dívida conversível em ações, dessa forma, não há diferença do lucro básico apresentado acima.

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de capital: O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados. Índices de endividamento

	31/12/2025	31/12/2024
Dívida (a)	1.783.537	938.952
Disponibilidades (b)	(113.722)	(155.867)
Dívida líquida	1.669.815	783.085
Patrimônio líquido (c)	1.592.744	1.132.281
Índice de endividamento líquido	1,05	0,69

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures e passivo de arrendamentos, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas 13, 14 e 15. (b) A disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras conta reserva, conforme detalhado nas Notas 5 e 7. (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital. Considerações gerais: • A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado. • Aplicações financeiras: são formadas por fundo de investimentos em renda fixa, remunerados à taxa média ponderada de 97,1% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (100,7% em 31 de dezembro de 2024), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. • Clientes, fornecedores e fornecedores FIDC: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Empréstimos, financiamentos, debêntures

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 18/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/18/ECORIOMINAS1588222418032026.pdf

Hash:1773785760d7021f9bbe504965b8faf72716770091

continuação

ECORIOMINAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

(Anteriormente denominada Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel)

CNPJ/MF nº 29.884.545/0001-90 - NIRE 35.300.514.289

e passivo de arrendamentos: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado. Valor justo de ativos e passivos financeiros: Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2025 são como segue:

Classificação - Custo amortizado	Saldo Contábil	Valor Justo
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	59.121	59.121
Clientes (b)	71.367	71.367
Aplicações financeiras e aplicação financeira - conta reserva (a)	77.243	77.243
Passivos:		
Fornecedores (b)	116.452	116.452
Fornecedores FIDC (b)	2.003	2.003
Debêntures (c)	1.399.164	1.499.915
Empréstimos e Financiamentos (c)	350.702	355.988
Passivo de arrendamento (d)	33.671	37.990

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras e aplicação financeira - conta reserva aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos de "clientes", "fornecedores", e "fornecedores FIDC" possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia. (c) As obrigações com debêntures e empréstimos e financiamentos estão registradas ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento. Gestão de riscos: A estratégia de gestão de riscos envolve quatro linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Insegurança regulatória/política do contrato de concessão, rentabilidade dos ativos e capital humano
Operacional	Concorrência nas áreas de concessão, segurança ou interdição de infraestrutura existente, cibersegurança e paralização dos sistemas críticos, gestão da cadeia de suprimentos e subcontratados, cumprimento dos contratos de concessão e segurança viária;
Financeiro	Risco de mercado, risco de crédito, premissas e estimativas contábeis e de planejamento financeiro; e
Compliance	Corrupção, fraude, integridade e não conformidade com regulamentações do setor e/ou legislações

A estratégia formulada pelo Grupo EcoRodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares: A Gestão Holística - Nível Macro - tem caráter eminentemente estratégico, pois está intrinsicamente ligada a questões como missão, visão e objetivos empresariais, ambiente regulatório e competitivo, e capacidade financeira, visando também a compreensão integral dos riscos: considera o potencial impacto de todos os tipos de riscos sobre todos os processos, atividades, stakeholders, produtos e serviços. A Gestão Individualizada - Nível Micro - contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de riscos, principalmente vinculados aos processos da organização. Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos. As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Conformidade Legal, Socioambiental, Reputacional e Impacto Econômico. No Grupo Ecorodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa. A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo: a) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco da taxa de juros. (i) Risco de taxa de juros: O risco de taxas de juros e inflação da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. A Companhia está exposta as principais variações: • Taxas de Inflação: Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relacionado a reajustes tarifários; • Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relacionado às aplicações financeiras relativas à excedente de caixa investidos em títulos e valores mobiliários indexados em CDI da Companhia; e • Taxa de juros de Longo Prazo (TJLP) relacionado aos empréstimos e financiamentos da Companhia. A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes da inadimplência de suas contrapartes, de instituições financeiras de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de Risco *"rating"* de no mínimo AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R$41.054 (R$41.808 em 31 de dezembro de 2024), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica "Clientes". c) Risco de liquidez: O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
Debêntures	117.209	121.970	128.427	5.398.805
Empréstimos e financiamentos	23.466	41.200	35.568	472.363
Passivo de arredamento	21.768	10.447	2.661	3.114
	162.443	173.617	166.656	5.874.282

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R$233.866 (ativo circulante de R$230.628 e passivo circulante de R$464.494), principalmente decorrente de partes relacionadas e fornecedores de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento do prazo para pagamento. Análise de sensibilidade: Risco de variação nas taxas de juros: A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e IPC-A, principais indicadores dos empréstimos, financiamentos, debêntures e das aplicações financeiras contratados pela Companhia:

		Juros a incorrer		
Operação	Risco	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	7.432	9.290	11.148
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(151.267)	(153.635)	(156.018)
Empréstimos e financiamentos	Alta do IPCA	(26.782)	(28.072)	(29.293)
Juros a incorrer, líquidos		(170.617)	(172.417)	(174.163)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses. As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	12,90 %	16,13 %	19,35 %
IPCA (b)	4,22 %	5,27 %	6,32 %

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados - dezembro de 2025. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

27. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

27.1 Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota 5. 27.2 Informações suplementares: As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa. 27.3 Transações que não envolvem caixa: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	31/12/2025	31/12/2024
Direito de uso - CPC06 (R2) - Adições	14.784	43.302
Outros créditos - Conta reserva ANTT	3.048	25.983

28. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

Conselho de Administração

Membros Efetivos: **MARCELLO GUIDOTTI** (Presidente do CA)
RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO SALLES
ROBERTO BORGES PAIVA

Diretoria

Diretor Presidente - **ALBERTO LUIZ LODI**
Diretor Superintendente e de Relaçoes com Investidores - **JÚLIO CEZAR MOREIRA DE AMORIM**

Contador: **HUGO RAFAEL MITZ -** CRC PR - 050369/O-4 'T' RJ

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

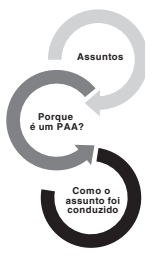
Aos Administradores e Acionistas
EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento de receita com arrecadação de pedágio (Notas 3.6 e 22)	
A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumarizadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão. Além disso, o contrato de concessão estabelece algumas regras de descontos que devem ser aplicados aos usuários, que são aplicados de acordo com certas condições no momento da passagem do veículo no pedágio. Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita, além dos descontos que são aplicados a depender de certas condições.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil. Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia. Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia. Realizamos procedimentos de auditoria para recalcular os descontos que são aplicados aos usuários de acordo com as regras estabelecidas no contrato de concessão, entre outros procedimentos. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.
Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3.2 e 11)	
Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R$ 3.182.465 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários. A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários extraordinários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.	Entre outros procedimentos, efetuamos a atualização do entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração. Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários extraordinários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos. Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2026

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora
Contador
CRC 1SP168728/O-4

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 18/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/18/ECORIOMINAS1588222418032026.pdf

Hash:1773785760d7021f9bbe504965b8faf72716770091